

QUANDO UMA MULHER FOR PRESIDENTE: FEMINISMO E EUGENIA NA OBRA DE ADALZIRA BITTENCOURT.

SMANIOTTO, Edgar Indalecio.

Filósofo, mestre e doutor em Ciências Sociais pela UNESP de Marília.
Membro da Associação Brasileira de Antropologia – ABA e do Grupo de Pesquisa Social da UNESP.

Docente da Faculdade de Ensino Superior do Interior Paulista-FAIP.

RESUMO:

Este artigo é parte da pesquisa realizada para minha tese de doutorado “EUGENIA E LITERATURA NO BRASIL: apropriação da ciência e do pensamento social dos eugenistas pelos escritores brasileiros de ficção científica (1922 a 1949)” defendida no programa de pós-graduação em Ciências Sociais da UNESP de Marília em 2012, sob orientação da prof. Dr^a Christina de Rezende Rubim. Busca-se neste texto discutir as ideias da escritora, educadora e feminista Adalzira Bittencourt (1904-1976), autora do livro “Sua Excia. a Presidente da República no Ano 2.500”, publicado em 1929. O livro é uma ficção científica futurista, em que a autora, através deste recurso literário pretende apresentar suas ideias feministas e eugenistas, imaginando um futuro em que uma mulher é eleita presidente do Brasil. Para Adalzira Bittencourt a eleição de uma mulher proporcionaria a aplicação irrestrita das ideias eugenistas, por ela preconizada. Espera-se com este trabalho contribuir para o estudo do feminismo no Brasil e suas relações com o movimento eugenista.

Palavras-chave: eugenia – feminismo – literatura

Introdução:

Na primeira metade do século XX o higienismo, o branqueamento e a eugenia tornaram-se objeto de discussão intelectual e, por vezes, foram objeto de políticas públicas por parte da elite brasileira (SKIDMORE, 1976; STEPAN, 2005 e SCHWARCZ, 1993).

O envolvimento dos literatos nos debates sobre os rumos da nação e da aplicação de políticas públicas, consolidaram uma aproximação entre literatura e o pensamento eugenista e higienista (DIWAN, 2007). Tendo por o objetivo pensar o futuro da nação, muitos literatos de então se utilizaram da ficção científica como gênero literário para expressar suas utopias nacionalistas eugenistas (CAUSO, 2003).

Entre os arquétipos presentes na literatura de ficção científica destacamos as utopias e distopias (FIKER, 1985). Arquétipos estes que consistem em imaginar uma sociedade a partir de um ponto de vista filosófico específico como a *República* de Platão ou a *Utopia* de Thomas Morus, para citar dois exemplos clássicos.

Sua Excia. a Presidente da República no Ano 2.500, de Adalzira Bittencourt (publicado em 1929), é uma obra literária que classificamos no arquétipo utopia/distopia, neste caso uma utopia feminista/eugenista, na medida em que a autora apresenta suas ideias de forma a que o leitor concorde com sua cosmovisão de mundo, e não como crítica social (o que seria o caso da distopia). A obra pode ser classificada também como uma ficção científica, já que a autora imagina a realização de suas ideias em um futuro distante – ano 2.500, e realiza especulações de ordem tecnocientífica, além das especulações de ordem sociológicas, características estas comuns ao gênero literário nomeado como ficção científica.

Adalzira Bittencourt uma “modernista esquecida”

Adalzira Bittencourt nasceu em Bragança Paulista, interior de São Paulo, em 2 de novembro de 1904, e faleceu no Rio de Janeiro em 28 de outubro de 1976. Escritora com vasta produção, duas obras suas são dedicadas à defesa de uma política eugenista, a primeira é um relato de viagem e a segunda, um romance de ficção científica: *Trinta e Sete Dias em Nova York* (Rio de Janeiro: A. Coelho Branco F., 1943) e *Sua Excia. a Presidente da República no Ano 2.500* (a publicação original foi editada em São Paulo pela casa editorial Schmidt, para efeito deste texto utilizamos a edição da *Tempo Brasileiro/UFG* de 1996, com introdução de Susan C. Quinlan e Peggy Sharpe).

Bittencourt foi professora, escritora e ativista social, tendo se destacado como alguém que tinha um projeto de vida ligado ao desenvolvimento do país. Tendo conseguido se formar em Direito em 1927, pela Faculdade do Largo do São Francisco, em São Paulo, como a única mulher de sua turma, continuou sua formação estudando Sociologia na Itália e Direito Internacional na Holanda. Interessada em Educação, fundou uma escola para menores abandonados, questão que a preocupava muito, como salientado no memorialístico *Trinta e Sete Dias em Nova York*:

Contei-lhe o que era interessante e no meu entusiasmo pelo assunto escorreguei e já ia apontando os desleixos que há no Brasil, a falta de assistência em que vivem as nossas crianças, etc., mas acordei a tempo, e procurei só falar nas coisas boas. Para empanar alguma mazela disse-lhe duas ou três mentiras patrióticas sobre coisas que estávamos realizando ou cogitando realizar, mas na verdade vivem apenas no meu sonho, encaraminhadas no meu cérebro e que eu desejaria fazer, se me fosse possível [...].(1943, p. 27-28).

O assunto eram os menores abandonados. Ela revela que tinha ideias de como lidar com a questão: fundando uma escola. Mais tarde, em 1951, criou também o jornal *Mensageiro do Lar das Crianças*. Anteriormente, já havia sido redatora do jornal internacional *La Jeunesse et La Paix Du Monde*, além de fundar e dirigir o periódico *O Miosótis* em São Paulo.

Ainda na área da Educação, criou o *Clube Cruz Verde*, com o propósito de ensinar a juventude a amar e respeitar a natureza, em uma antecipação das recentes preocupações ambientalistas. Em 1932, estabeleceu a *Liga Infantil Pró-Paz*, considerada a primeira organização pacifista do Brasil.

Escritora militante, Adalzira Bittencourt teve seus primeiros poemas publicados na imprensa paulista e mineira. Seu primeiro livro de poesias, *Mal-me-quer*, com prefácio de Vicente Carvalho, sai em 1919. Publicaria diversas outras obras poéticas: *A Corça e o Leão*, 1929; *Alegria*, 1940; *Surgiu no Céu Mais uma Estrela*, 1943; *Das Rosas Tapecei teus Caminhos*, 1952; e *Ofertório*, 1951 (COELHO, 2002, p. 22).

Mas, além de escrever, foi sempre militante na divulgação e difusão da poesia brasileira. Realizou conferências sobre literatura brasileira no Brasil, Estados Unidos, México e Argentina; neste país, quando residiu em Buenos Aires, promovia a Hora da poesia brasileira na *Associação Cultural Argentina-Brasileira Júlia Lopes de Almeida*.

Nas Letras, foi membro-fundadora da Academia Feminina de Letras (RJ), sendo aclamada sua primeira presidente. Ela escreveu uma extensa obra de pesquisa em relação a mulheres escritoras no Brasil: *Mulheres e livros* (1948), *A mulher paulista na história* (1954); *Ana Pimentel: governadora*; *Antologia de letras femininas* (1948); e o *Dicionário de mulheres ilustres, notáveis e intelectuais do Brasil* (3 vol. 1972), que não concluiu

No campo político, escreveu registros memorialísticos e panfletos - *Direito de curar*, 1942 e *Trinta e sete dias em Nova York*, 1943; biografias - *Surgiu no Céu mais uma estrela* (1943) e *Getúlio Vargas Visto no Estrangeiro*, 1952; realizou conferências sempre marcadas pela defesa do feminismo e de políticas eugênicas; tanto que participaria de várias comissões governamentais durante a ditadura de Vargas, que pretendiam tomar decisões políticas referentes a exames médicos pré-nupciais e aborto.

Eugenia e Feminismo no Brasil do ano 2.500

Sua Excia. A Presidente da República no Ano 2.500 é seu único romance, e está há meio caminho entre a literatura e o panfletismo político-social. O livro realiza um exercício de antecipação sobre um Brasil futuro, em que as políticas eugênicas e feministas defendidas por ela acontecem. Logo nas pré-páginas, diz a que veio sua obra, a segunda dedicatória e espécie de subtítulo é: “Ao Brasil dos meus Sonhos”. Fica claro o caráter futuroológico do texto. A autora prossegue com uma mensagem ao leitor:

...cada leitor interprete este livro como entender. É romance? É fantasia? É crítica? É obra de ficção, ou pedagógica? Que sei eu... Que ele seja esquisito manjar e que cada leitor encontre nele um bocado a seu sabor... (BITTENCOURT, 1996, p.159).

Bittencourt não define o livro como um romance, muito menos ficção científica, pois sua intenção não é narrar uma história em si, mas apresentá-la dentro de uma proposta pedagógica, ainda que exista uma história romântica tradicional no texto, mesmo que seja um romance proibido. Essa intenção foi comum na tradição brasileira de FC até os anos 1950, em que grandes expoentes da literatura nacional escreveram romances científicos que tinham um caráter mais didático que aventureco, diferente da literatura *pulp* norte-americana que estava sendo desenvolvida na mesma época.

Seja em *O Doutor Benignus* (1875), de Augusto Emílio Zaluar (1875), ou em *O Presidente Negro ou O Choque das Raças* (1926), de Monteiro Lobato, ou mesmo em *Viagem à Aurora do Mundo*, de Érico Veríssimo (1939), temos uma preocupação acentuada com o aspecto pedagógico; ainda que outros escritores como Gastão Cruis, Berilo Neves, Menotti del Picchia e Jerônimo Monteiro tenham, já na primeira metade do século XX, publicado obras de ficção científica em que o aspecto aventureco não é prejudicado pelo didatismo.

O crítico Roberto de Sousa Causo (2003) ressalta que a literatura de ficção científica norte-americana sempre teve esse caráter aventureco, e isto ajudou na sua maior aceitação pelo público consumidor, ainda que também tenha trazido para a ficção científica o rótulo de literatura menor para jovens. Já a literatura de ficção científica brasileira, em seu início, salienta também Causo

(2003), por seu caráter didático teve um alcance limitado, não se popularizando como a norte-americana, que era lida pela classe baixa e média, e não só pela elite intelectual, como ocorreu no Brasil.

No romance de Adalzira Bittencourt, a Presidente da República é Mariangela de Albuquerque (de apenas 28 anos), diplomada em Medicina e Direito. Uma jovem inteligentíssima e muito bonita, como deve ser toda a mulher, seguindo os ensinamentos propalados no decorrer do livro.

Inicialmente, o romance começa com uma breve descrição da situação política e biológica do Brasil e do brasileiro no ano 2500:

Corria o ano de 2500.
O feminismo vencera em toda a linha.
A presidência da República dos Estados Unidos do Brasil, estava confiada a uma mulher.
O Exército brasileiro era o assombro do mundo.
O Brasil era o país mais forte, mais belo e mais rico.
(BITTENCOURT, 1996, p. 160).

Nesse país dos sonhos, a poucos é dado o direito de desembarcar. Mesmo cientistas americanos e ingleses interessados em estudar as transformações por qual “passará a raça e a política brasileira” não podem desembarcar, impedidos pela “polícia de saúde” que aqui só aceita os “privilegiados de Deus”. Estes, possivelmente, apenas brasileiros brancos e de “boa saúde”.

O homem brasileiro, por sua vez, alcançou o ápice do desenvolvimento biológico pregado pelos eugenistas:

O comum dos homens do Brasil mede 2m, 40 centímetros de altura.
As mulheres, as menores, medem 1m, 80 centímetros.
Peso mínimo de um homem de 20 anos, 150 quilos; de uma mulher da mesma idade, 100 quilos...
Durava-se comumente 130 a 180 anos (BITTENCOURT, 1996, p. 160).

Não é apenas fisicamente que o brasileiro muda, pois, tradicionalmente no pensamento eugenista, mente e corpo estão intrinsecamente ligados. Assim, corpos perfeitos geram mentes perfeitas, portanto:

Não foi só no físico que o brasileiro se agigantou.

O moral também.
O intelecto também.
Tudo na proporção do físico.
Era aqui que viviam os maiores cientistas; os inventores das coisas que assombravam o mundo; os financistas, os artistas, os literatos, os oradores, os jornalistas, os estadistas, os industriais de fama mundial (BITTENCOURT, 1996, p. 160).

Comparamos essas ideias ao retrato apresentado pela autora do brasileiro do século XX:

Em 1990, nós brasileiros, éramos ainda como em 1930: Mirrados. Neurastênicos. Pequenos. Trigueiros. Doentes. Feios. Pobres. Analfabetos. Malcriados e estúpidos.
Homens de barbinha rala e fala fina, quase sempre tendo nas veias um pouco de sangue negro e por isso mesmo, preguiçosos, indolentes... Cheios de taras e doenças.
Mulheres raquíticas ou de excessiva gordura balofa, estéreis, sardentas, espinhentas, incultas, pretensiosas, cabotinas e feias (BITTENCOURT, 1996, p. 162).

Após essa descrição de cunho biologista, a autora passa a uma pequena lista de problemas enfrentados pela sociedade brasileira: crises econômicas, política cambial, analfabetismo, multinacionais, etc. Para ela, mais do que um problema de gerência do Estado, as dificuldades eram decorrentes da inferioridade da raça miscigenada brasileira.

Nem mesmo os chefes de Estado e financistas, em geral brancos, eram poupados, pois aqui “*não possuíamos financistas e estadistas*”, segundo Bittencourt, já que “*eram uns glutões que só pensavam em usurpar os cofres públicos*”.

O restante do romance é ocupado em relacionar as medidas tomadas historicamente pelas mulheres, que pouco a pouco vão ascendendo na política e aprovando leis eugênicas que transformaram o Brasil e seu povo num país de sonho – pelo menos para a autora.

Após conseguirem votar e serem votadas, as mulheres começaram a aprovar seus primeiros projetos, que têm como foco a saúde pública e higienização moral. O primeiro projeto de uma mulher aprovado pelo Legislativo dá conta do fim dos cemitérios e o estabelecimento compulsório dos crematórios, visto que a autora defende a ideia de que os cemitérios seriam causadores de disseminação de micróbios e infecções perigosas.

Segundo QUINLAN e SHARP (1996):

As ideias de Bittencourt apresentam indícios do papel instrumental das mulheres, principalmente das mães, no seu apoio tanto às tendências fascistas no Brasil do início da Segunda Guerra Mundial como no sucesso do golpe militar de 1964 (p. 20).

O romance de Bittencourt prossegue com o relato de que foi aprovada a eutanásia através de uma injeção narcotizante para os doentes de hanseníase (lepra, popularmente). Para demonstrar que as mulheres não são mais levadas por questões sentimentais, a autora do projeto acaba tendo um filho com essa doença, porém, ela não volta atrás e seu filho também é eliminado.

O divórcio também passa a ser garantido, bem como o fim da mendicância, pois, aos mendigos que podiam trabalhar, foi dado trabalho e, aos demais, a internação em sanatórios.

Por todo o Brasil foram erguidos os “Centros de Saúde e Higiene”, encarregados de atividades que hoje chamaríamos de pré e pós-natal. Sendo que, como na República de Platão, dos três aos quinze anos as crianças pertencem ao Estado e ficam internadas na “Casa Nacional da Criança”. E não é qualquer um que pode ter filhos, o casal deve provar ter boa saúde e boa genética, para tanto, existe a lei dos “exames médicos pré-nupciais”:

Nenhum par de namorados se casará sem que os médicos públicos, especialistas e de confiança, os examinem da maneira a mais minuciosa. O sangue era o que maiores atenções merecia. Sangue puro para os casais de puro-sangue.

O exame de órgãos. Um por um.

Se um dos noivos tivesse um físico com predisposição para a tuberculose, o exame feito era seguido de observação hospitalar. Depois do tratamento, depois de se fortificar e obter alta, ainda assim o paciente sofria a operação da esterilização.

O que seria o filho de um tuberculoso? De um fraco?

Brasileiro é que não seria.

Os noivos esterilizados não deixavam descendentes tarados (BITTENCOURT, 1996, p.169).

Aqui, a autora abre um parêntese para falar da pecuária, que era tão bem sucedida no Brasil devido à seleção dos melhores espécimes. Por que não aplicar o mesmo ao ser humano? E isso foi feito, pois, preocupadas com a agricultura e a industrialização, as mães de todo o Brasil passam a rezar diariamente no ouvido de seus filhos a seguinte frase:

O Brasil é grande. O Brasil é nosso! É preciso que cada brasileiro plante durante a vida mil árvores, sendo uma diferente da outra, ou que fabrique um objeto, aperfeiçoando-o dia a dia, a fim de conseguir a suprema felicidade nesta e na outra vida. (BITTENCOURT, 1996, p. 171).

Com o tempo, o brasileiro se transformaria naturalmente em agricultor, industrial-inventor e ecologista. A formação do homem é certamente uma preocupação central na obra e vida de Adalzira Bittencourt que, mesmo nesse campo, como em toda a sua obra, oscila entre posições conservadoras e progressistas.

Ela defende que a educação do futuro deve ser ativa, em consonância com as ideias do educador Anísio Teixeira e do Manifesto da Escola Nova de 1932. Nada mais progressista para a época, mas, ao mesmo tempo, no futuro imaginado em seu romance, o exercício mental da memorização é uma prática vigente. Tem-se um amálgama de propostas antagônicas e pouco compatíveis.

Os eugenistas viam na mulher um papel especial, afinal eram elas que poderiam ser as verdadeiras condutoras de uma política de reprodução e educação eugênicas, como salienta Susan Brady:

Porque entendiam que a reprodução era papel biológico da mulher, muito mais do que do homem. (...) Subsequentemente, as mulheres recebem um status privilegiado nas reformas eugênicas. (...) As mulheres, especificamente as mães, eram percebidas como sendo a base sólida da nação, as forças estabilizadoras no meio da rápida modernização. Elas eram também a garantia de progresso nacional. O neo-lamarckismo, em particular, acreditava que, através dos cuidados prudentes das crianças, as mães poderiam projetar a trajetória da nação. Educar os filhos se tornava, conseqüentemente, central para suas responsabilidades sociais (apud CAUSO, 2003, p. 159).

Adalzira Bittencourt, feminista e eugenista, propõe assim em sua obra uma união dessas duas correntes de pensamento. Ao mesmo tempo em que defende um novo papel social para as mulheres, Bittencourt estabelece a necessidade de uma “Escola das Mães”, para que “renasça em suas jovens discípulas a tradição de que a mulher deve saber que a mais bela missão que tem sobre a terra é a de ser mãe” (BITTENCOURT, 1996, p. 175). Ela chega a

dizer que uma mulher saudável deve ter uns vinte filhos e, os homens... bem, não há problema que tenham outras mulheres.

Essa utopia biológica e moral, em que o homem brasileiro teria atingido seu ápice, seria a grande realização dos eugenistas brasileiros. Aqui os deficientes são eliminados logo ao nascer, os indígenas parecem não mais existir e os negros foram exilados na África, onde, segundo a autora, “*acabam por lá, trepados pelas árvores, comendo carne crua e dançando o jongo*” (BITTENCOURT, 1996, p. 194). Mas não são apenas os negros, pois portugueses também são exilados na África.

Bittencourt, por uma dezena de páginas, faz observações referentes à educação, e, somente no fim do livro, empreende algumas considerações sobre o desenvolvimento tecnológico do Brasil do ano 2500, num futuro em que a alimentação é basicamente sob forma de comprimidos e cápsulas químicas.

Essa é uma ideia que já foi muito popular na ficção científica. O que não fica claro, e é no mínimo contraditório, é o porquê de tanta preocupação em fazer com que o Brasil seja uma potência agrícola, se não se consomem mais alimentos produzidos dessa maneira. Falha narrativa ou a autora, mesmo não acreditando ser possível esse tipo de alimentação artificial, usou-a para inflar a competência do Brasil na indústria química.

O voo está plenamente dominado, sendo que se tem até hospitais aéreos com capacidade para até 500 pessoas. Pode-se também adquirir uma casa flutuante sobre o oceano, ou uma casa móvel, de até três andares.

A energia é de graça, fornecida por aparelhos de captação de eletricidade do ar atmosférico. A autora, ao falar desses avanços, sempre os coloca, de alguma forma, ligados à saúde. Com a eletricidade abundante foi possível, por exemplo, estabelecer fornos crematórios de lixo em cada casa e até mesmo aspiradores de pó, sempre tendo em mente os germes passados pela sujeira. Inclusive:

A higiene pessoal também em parte é feita à eletricidade. Há escovas de dentes, acionadas à eletricidade; há duchas para os banhos, cuja água é eletrizada. Há aparelhos metódicos para ginástica. Ligado ao aparelho, faz-se ginástica sem auxílio da vontade. E com que energia! Ótimo para os indolentes. Deveria ter sido usado no Brasil de 1930 a 1940! (BITTENCOURT, 1996, p. 192).

Uma breve passagem, “aos que estão veraneando no espaço”, (BITTENCOURT, 1996, p. 190) dá conta de uma possível tecnologia espacial, mas não existe maior exploração. Sobre desenvolvimentos tecnológicos, só há comentários mais significativos quando, de alguma forma, poderiam trazer maior aprimoramento biológico ou moral. Desenvolvimento que ocorre com medidas para conter definitivamente a prostituição (apenas estrangeiras podem ser prostitutas), assim como os tóxicos, o álcool e o fumo. Tudo em nome da melhoria da raça. Ao cinema nacional é vedado filmar índios, para não passar má impressão do Brasil, para deixar claro aos estrangeiros que por aqui “*não se anda de tanga*” (BITTENCOURT, 1996, p. 201).

Todas as medidas de “*purificação da raça*”, inclusive a esterilização, levam muitos casais a não poderem ter filhos, então o governo cria o “Palácio das Princesas do Brasil”. Nesse palácio, garotas eugenicamente perfeitas poderiam ter encontros amorosos com rapazes também eugenicamente perfeitos, com o objetivo de gerar filhos que seriam entregues aos cuidados dos casais esterilizados.

Todo o livro é uma extensa defesa das políticas eugênicas, e tem seu clímax quando a presidente Mariangela de Albuquerque descobre que o pintor por qual mantinha uma paixão platônica — e que ela não conhece pessoalmente, somente através da obra dele — é um anão de 90 centímetros e corcunda. Convicta de suas ideias eugênicas, ela ordena a eutanásia de Jorge (o pintor, por quem era apaixonada) e da mãe dele, por ter escondido o filho. Ao terminar o romance dessa forma, Adalzira Albuquerque talvez quisesse passar uma imagem da presidenta como mulher forte, que não se deixa levar pelos sentimentos.

Considerações Finais

Bittencourt escreve durante o período do Estado Novo de Vargas. Período em que os eugenistas tentavam transformar várias de suas ideias em orientação política. Já em 1931, foi criada a “Comissão Central Brasileira de Eugenia”, composta de dez membros, incluindo Renato Kehl e Roquette-Pinto, com a intenção de “*fazer lobby pela legislação eugênica entre os membros da Assembléia Constituinte*” (STEPAN, 2004, p. 374). Conseguindo fazer um

looby eficiente de suas ideias na constituinte de 1933/34, os eugenistas acabaram por “conseguir transformar parte de suas preocupações eugênicas em novas leis e instituições culturais e sociais” (STEPAN, 2004, p. 374).

Ainda segundo STEPAN:

A complexidade do regime Vargas encontrou seu par no movimento eugênico - em orientação científica (neolamarckiana e mendeliana), em sua ideologia racial (que ia do segregacionismo ao assimilacionismo) e em proposta de políticas sociais (higiene pública, proteção à maternidade, legislação trabalhista, controle da imigração) (2004, p. 374).

O movimento eugenista teve influência em diversas áreas do Estado Novo: puericultura, educação física, controle de imigrantes, organização do trabalho e, principalmente, educação. A visão de mundo, como exposta no romance eugenista de Bittencourt fazia parte assim de uma ampla visão de reforma social, compartilhada por outros eugenistas, que tentavam transformar suas visões de mundo em políticas públicas. Segundo Susan Canty Quinlan, Adalzira Bittencourt foi:

Membro de várias comissões legais durante a ditadura de direita de (...) Vargas que ajudaram a decidir políticas sociais a respeito de exames médicos pré-nupciais, eutanásia, esterilização involuntária e aborto, que a levaram à atenção dos nacionalistas seus contemporâneos (*apud* CAUSO, 2003, p. 155).

Em geral, a obra de Adalzira Bittencourt é bem mais enfática na defesa das políticas eugênicas que a lobatiana (*O Presidente Negro*, ou *O Choque das Raças* - 1926), o que despertou a atenção do próprio Monteiro Lobato, que, em apreciação publicada ao final de *Sua Excia. a Presidente da República no Ano 2.500*, declara:

...que maravilha não será, a avaliar pelo quadro rápido que você pinta! Que delícia viver no ano 2500! Mas quanta audácia, menina! Onde descobriu você tais reservas de coragem para arrostar os preconceitos atuais e propugnar medidas maravilhosas... Parabéns. Você é muito maior do que supunha... (LOBATO *apud* QUINLAN e SHARPE, 1996, P. 213).

Como salienta Ramos: “*Adalzira Bittencourt e Monteiro Lobato, portanto, navegam no imaginário Brasil Moderno. A armação ideológica das respectivas narrativas ficcionais [...] da direção à visão de nação está plenamente*

encaixada no desenho de um projeto político-cultural à direita conservadora” (RAMOS, 2002, P. 31). Vale lembrar, entretanto, que a associação entre feminismo e eugenia não teve em Adalzira Bittencourt sua única formulação, a feminista norte-americana Margaret Sanger (1879-1966), também associava ideias eugenistas ao feminismo, do qual, foi uma das precursoras. O estudo da obra de Adalzira Bittencourt possibilita compreender o desenvolvimento do feminismo no Brasil, e sua momentânea associação com ideias eugenistas na primeira metade do século XX.

Referências Bibliográficas:

BITTENCOURT, Adalzira. **Sua Excia. a Presidente da República no Ano 2.500**. In: Susan C. Quinlan & Peggy Sharpe. *Duas Modernistas Esquecidas: Adalzira Bittencourt e Ercília Nogueira Cobra: Visões do Passado, Previsões do Futuro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Goiânia: Editora da UFG, 1996.

CAUSO, Roberto de Sousa. **Ficção científica, fantasia e horror no Brasil - 1875 a 1950**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

COELHO, Nelly Novaes. **Dicionário crítico de escritoras brasileiras: (1711 - 2001)**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

DIWAN, Pietra. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2007.

FIKER, Raul. **Ficção Científica: Ficção, Ciência ou uma Épica da Época**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.

QUINLAN, Susan C; SHARPE, Peggy. **Visões do Passado, Previsões do Futuro: Duas Modernistas Esquecidas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Goiânia: Editora da UFG, 1996.

RAMOS, Maria Bernardete. **Ao Brasil dos meus sonhos: feminismo e modernismo na utopia de Adalzira Bittencourt**. *Revista Estudos Feministas*. Ano 10, nº 1, 1º semestre de 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro**. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.